

# O IGHMB – 70 anos de realização e evolução no contexto cultural-militar do país<sup>1</sup>

Jonas de Moraes Correia Neto<sup>2</sup>

## PRINCIPIANDO

O estudo da História, o seu conhecimento adequado, é uma atividade mental estimulante, que leva a conclusões e associações reveladoras, esclarecedoras, acerca de fatos, pessoas, locais e datas, de decisões e resultados, de causas e conseqüências, tudo tendendo a uma melhor compreensão da vida dos povos e das relações entre eles, através dos tempos.

Mas a História admite ser encarada de muitos ângulos, conforme os ramos, ou áreas do seu desenvolvimento. Esses ramos caracterizam-se pelas suas Histórias específicas, vistas em destaque, apesar de não isoladas do todo histórico. É evidente que os estudos de históricos se nutrem, consideravelmente, de comparações, dentre a massa de informações fundamentais



O General Augusto Tasso Fragoso foi o primeiro presidente do IGHMB

disponíveis. Ora, para que haja consonância entre os dados que se quer comparar, é preciso dispor-se de elementos nivelados. Portanto, o registro oportuno e exato de dados é fator de acertos futuros, de confiabilidade (por exemplo: datas, horas, locais, pessoas e grupos envolvidos, motivos e decorrências, aspectos chamativos).

<sup>1</sup> Palestra proferida por ocasião da sessão de abertura do ano sociocultural do IGHMB no dia 17 de março de 2009.

<sup>2</sup> General-de-Exército, sócio benemérito e antigo Presidente do Instituto de Geografia e História.

Em suma: a memória (que é origem da memória histórica) tem de ser “amarrada” por anotações fidedignas, de preferência tomadas na ocasião mesmo dos acontecimentos presenciados ou sabidos.

Assim se vão tecendo as malhas da História. É o caso da História Militar.

O nosso Instituto dedica-se, principalmente, aos estudos e pesquisas relativos a ela, à realização de trabalhos pertinentes, à sua apresentação, à sua divulgação, ao seu registro, à sua utilização. A atividade é trabalhosa e prazerosa

Efetua-se pelo engajamento dos nossos sócios, militares e civis, como também pela participação, desejada e procurada, de especialistas seletos que tenham boas contribuições a oferecer à nossa agremiação, através de comunicações, debates e publicações.

Eis aí uma visão básica do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Nesta sessão de abertura do ano sócio-cultural de 2009, pensamos que seria oportuno expor, de forma lógica e pontuada por certos destaques, algo dos fins da criação, das atividades, do funcionamento, dos sucessos e dificuldades – enfim, o que teria sido e é o IGHMB, no contexto cultural-militar do País

## FUNDAÇÃO

Durante o ano de 1936, um pequeno grupo de oficiais das Forças Ar-

madadas, motivados pela animação do Cap Inf Severino Sombra de Albuquerque, começaram a discutir a conveniência da criação de um órgão que contribuísse para a cultura nacional, a partir de conhecimentos de natureza militar.

Seria uma sociedade civil, composta e dirigida por militares, da ativa e da reserva (e reformados), da Marinha de Guerra e do Exército, as duas Forças existentes na época.

Uma instituição especializada em assuntos normalmente tratados só pelos militares profissionais, com a finalidade de ampliar seus estudos, aprofundar-se neles e incentivar sua difusão, alimentando o interesse por eles.

É simples, claro e completo, o Art. 1º dos Estatutos originais (28 de novembro de 1936 ou 1938?), que diz:

tem por fim promover o desenvolvimento dos estudos de Geografia e de História Militar do Brasil e o culto patriótico dos vultos e fatos gloriosos do seu passado.

Por óbvio, no tocante à Geografia, seria abordada a Geografia Militar, não a geral. E tudo haveria de ser referente ao nosso País, embora sendo considerados fatores externos correlatos.

Neste ponto, convém logo uma colocação sobre a adjetivação - “militar”.

Entendemos História Militar como sendo:



I - descrição mais ou menos detalhada de eventos tipicamente militares, como conflitos bélicos (batalhas, combates, operações de toda ordem);

II - notícias sobre assuntos relativos à área militar, nos setores de Estratégia, Logística. Mobilização, C & T etc;

III - análise dessas questões (I) e (II), com razoável profundidade e conclusões condizentes;

IV - estudo das personalidades e aptidões dos chefes militares, sobretudo à testa de operações, anotando seus acertos e erros;

V - estudo do comportamento dos militares em geral, chegando até os soldados, seja em tempo de paz, seja em ações de guerra;

VI - identificação do relacionamento da sociedade civil com seu segmento militar, na paz e na guerra.

Já a Geografia Militar, vemo-la, por alto, como sendo:

Conhecimento das condições geográficas das regiões e dos locais em foco, para conciliar sobre seus possíveis reflexos em operações militares; e sobre o melhor modo de se explorar o terreno, em proveito das ações a realizar, aqui valendo-se do que for favorável, ali neutralizando-se o que for desfavorável – ou buscando outra área.

É, também, estudo crítico da influência geográfica decisiva em operações militares clássicas, para uso meramente acadêmico ou mesmo para tomada de decisão.

Daquele grupo inicial, que chamaremos de “Idealizadores”, os quais se sensibilizaram com os argumentos do Cap Sombra e resolveram assumir a causa empolgante, não temos uma relação confirmada. Velhas anotações e citações de que tivessem participado dos primeiros entendimentos, além do Cap Sombra, os já historiadores (ou, ao menos, historiógrafos), Alte Raul Tavares, Cel Souza Docca, Cap Lima Figueiredo, CF Pinto Guimarães, Cel Paula Cidade, Cel José Faustino, Cel Genserico de Vasconcelos, CMG Fred Vilar, Cel Prof Cordolino

Entretanto, uma vez estabelecidos os principais parâmetros da referenciada instituição, cuidaram os membros da Comissão Organizadora de chamar para juntar-se a eles, desde logo, outros oficiais das Forças Armadas, dedicados a atividades funcionais e/ou literárias condizentes.

Então chegamos à lista dos reconhecidos “Fundadores”. Estes foram, ao final, quarenta e dois. É que mais alguns nomes iriam ser, depois, acrescentados à lista original, como deferência a colegas merecedores, que interessava agregar.

Os nomes dos fundadores já eram, muitos deles, bastante conhecidos

e até celebrados nos meios culturais, militar e civil, iriam todos eles, projetar-se cada vez mais, pelas suas realizações nos campos da História e de Geografia Militar, e complementares.

A “Ata de Fundação” está publicada no nº 1 (do ano 1) da Revista do Instituto, prevista para a publicação trimestral (vol.1)

A reunião foi a 7 de novembro de 1936 (2ª feira), no salão nobre do Clube Militar – a velha sede, na mesma esquina da Av Rio Branco, com a rua Sta Luzia. Objetivava ela a fundação de uma “Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia”, nossa primeira denominação registrada.

Conduziram os trabalhos os Gen José Maria Moreira Guimarães e (Pres) Octávio Azeredo Coutinho (ex-Cmt 1ª RM, até 30 de novembro e ex-Vice-Pres do Clube), e Alte Raul Tavares

Dada a palavra ao Cap Sombra, justificou a criação da Sociedade, enfatizando razões históricas e cívicas, bem como as deformações culturais do momento vivido, as agitações sociais etc (estávamos a exatamente um ano do golpe de estado de 1937, o Estado Novo). Foi o orador vivamente CF Pinto Guimarães, Cap Lima Figueiredo e Cap Sombra.

A Revista nº 1 traz, logo na abertura, o discurso do Cel Int Emílio Fernandes de Souza Docca, orador oficial no solene ato inaugural do IGHMB.

Não consta a data, mais adiante, iremos descobri-la, nos Estatutos, Art 1º, de 15 de novembro de 1938 (3ª feira). Seria realmente esse o dia da instalação, ou seria 18 de novembro de 1938 (6ª feira), como deduzido de outras publicações? Onde foi a sessão? No Clube Militar? Parece que sim.

Souza Docca – soldado e historiador, escritor e orador de grande mérito, - formulou o que intitulou “Nosso Programa”. Sua palestra abordou as pretensões culturais do novel Instituto. Disse que passaríamos (os militares) para o fomento da “cultura espiritual brasileira”, realizando um ato de patriotismo, ao criarmos mais um elemento de defesa da nacionalidade; e que, ao fazê-lo, estávamos preenchendo uma lacuna. Perlustrou diversos assuntos, colocando raciocínio filosófico e lógico, para expor seus pontos de vista sobre o momento cultural, a orientação corrente e desejável para os estudos de História, o culto pelo passado e pelos próceres, o ensino cívico obrigatório, o espírito militar (neste aspecto, o gaúcho ressaltava, com razão o “espírito militar dos riograndenses, sem as características do militarismo e com todas as virtudes associativas daquele espírito”).

A mesma Revista nº 1, apresenta os Estatutos, os primeiros de quatro (1938, 1966, 2000, 2003). Como data dos Estatutos, consta 28 de novembro



de 1936 (sábado). Há controvérsia, diz-se-ia hoje. Teria a comissão feito seu trabalho em apenas três semanas (7 a 28 de novembro)? E mais, aparecem: uma “Comissão de Estatutos”, com Cel Jônatas do Rego Monteiro, Cel Didio Costa e Cap Sombra, o relatório e outra comissão, esta “de Redação”, com Cel Souza Docca, CF Pinto Guimarães e Cap Lima Figueiredo. Vê-se que está diferente da Ata da sessão de fundação estabelecido.

Porém, lá ainda mais disparidade: já no Art 1º, a denominação que surge é “Instituto de Geografia e História Militar do Brasil”, cuja instalação, na Capital da República, é citada como tendo ocorrido a 15 de novembro de 1938 (3ª feira).

Parece poder-se admitir, então que na data dos Estatutos, o ano do seu apronto, devesse ser 1938; pois, se fosse 1936, treze dias após a instalação, não teria havido tempo útil para a elaboração estatutária.

## ORGANIZAÇÃO

Para presidir o Instituto, em sua fase inicial de arrumação, foi escolhido (aclamado?) o Gen Div Augusto Tasso Fragoso, formalidade histórica, pelos importantes papéis desempenhados (Chefe do Estado-Maior do Exército, Junta Militar na Revolução de 1930) e, ótimo fará o caso, figura emérita nos estudos histórico-militares.

Isso sabemos. O que não conseguimos saber é quais seus colegas de diretoria, como transcorreu sua gestão e quanto durou, até a assunção da 1ª Diretoria normalmente eleita.

O primeiro exemplar da Revista, que é de 1940 (mas não mostra o ano), e o segundo, de 1942 (que lá está grafado), contêm as relações do Conselho Diretor, que funcionava na época da cada edição.

O Conselho Diretor, estatutariamente, era o órgão superior da administração. No entanto, isso não estava explícito em nenhum ponto dos Estatutos; como explícito não estava sobre a posição da Assembleia Geral, que era – como é até hoje, mas constando do texto – o órgão máximo do Instituto.

O Conselho Diretor compunha-se da Diretoria – Presidente e Vice-presidente, dois Secretários e dois Tesoureiros – e de sete Comissões Permanentes: Geografia e Cartografia, História Militar, Heráldica e Medalhística, Iconografia e Armas Antigas, Admissão de Sócios, Comissão Fiscal e a Redação das Publicações do Instituto (Os Estatutos seguintes, de 1966, alteraram um pouco as Comissões, que já nem apareceram nos sucessivos, de 1999 e 2003, o atual).

Eis a primeira relação publicada (Revista de 1940): Assinalamos nela figuras que foram renomadas a nível militar e nacional, como Leitão de Carvalho, Benício, Sombra, Peregrino, Jaguaribe,

Tasso Fragoso, Genserico, Jonas, os dois Boiteux, Souza Docca, Lysias, Raul Tavares, Mal Castelo Branco.

A direção da Revista, sintomaticamente, ainda que não propositalmente, contava com um Alte (Henrique Boiteux), um Gen (Souza Docca) e um TC Aviador (Lysias Rodrigues), o qual, no ano seguinte, passaria a integrar a Força Aérea Brasileira, no novo Ministério da Aeronáutica. Vê-se aí um prenúncio da participação das três Forças, em esplêndida união, no nosso IGHMB.

Na 2ª Revista, de agosto de 1942, a composição do Conselho Diretor já se mostra um pouco mudada com novos nomes.

Foram fixadas 50 Cadeiras, com seus patronos, sendo seus ocupantes, os sócios fundadores e alguns efetivos, entrados depois. A Revista nº 1 (1940) e a nº 2 publicaram as relações. Observam-se alguns desencontros entre elas, apesar de decorrido tão pouco tempo e de estar vinda tão próximo da fundação. Somente pelo novo descaído, brasileiroíssimo, com a correção dos registros podem ser explicadas as discrepâncias. Um exemplo gritante: em 1940, estão o Gen Raul Bandeira de Melo como ocupante da Cadeira Nr 39 (Gen Couto de Magalhães) e o TC Lima Figueiredo na Cadeira Nr 28 (Visconde de São Leopoldo); em 1942, Lima Figueiredo está na Cadeira Nr 39 (Couto de Magalhães), a Cadeira

Nr 28 (São Leopoldo) está vaga e o Gen Raul Bandeira de Melo, simplesmente sumiu...E ambos foram fundadores. Teria havido alguma razão não divulgada? Não sabemos senão que, pouco mais tarde, reaparecia o Gen Raul.

Outro detalhe que poderia gerar confusão e, às vezes, gera. Permitia-se ao sócio, por seu pedido e sua justificação, trocar de Cadeira em geral por sentimento de maior empatia com o Patrono desejado.

Nosso Instituto nunca teve uma sede própria. Nem sequer uma sede duradoura, na qual pudesse, sem sobressaltos, aprimorar o dispositivo das instalações básicas – aquelas indispensáveis ao seu funcionamento: presidência, secretaria, biblioteca, sala de reuniões, arquivo geral, copa e um bom auditório.

Como as atas antigas foram lamentavelmente extraviadas – e a única explicação (não justificativa), para isso são principalmente, as “danças” de sedes – uma porção de informações, fundamentais para o histórico da entidade, acham-se irremediavelmente perdidas.

É o caso das sedes. Utilizamos, em diferentes épocas e por tempo variável dos seguintes lugares:

I – Na Biblioteca Militar (hoje BIBLIEx), algumas salas na Ala Marcílio Dias (nos fundos, 3º andar, à direita de quem subia), no então Ministério da Guerra (Palácio Du-



que de Caxias-PDC), por gentileza das direções da BM (como interessante recordação, lá prestava serviços gerais o funcionário Marinho, antigo soldado (reformado), que fora ordenança creio que do Gen Tasso Fragoso e, certamente por ajuda desse grande chefe, trabalhava na BM e à disposição do IGHMB; dava-se bem com todo mundo e, sempre atrapalhado, não perdia oportunidade de uma modesta “facada”; morreu naquela posição, da qual ninguém o tirava, por condescendência).

II – Na mesma área, ou próxima, em espaço próprio, cedido pelo Ministério da Guerra. Nos anos 1950, lá estava havia tempo, com todos os seus órgãos – menos auditório: que era usado o da BM, ou outro do PDC.

III – Nos meados dos anos 1970, após entendimentos do nosso Presidente (Jonas) com sucessivos Chefes do Estado-Maior das Forças Armadas (Generais A.J. Corrêa, Potiguara e Tácito Teófilo), foram cedidas ao Instituto boas dependências no Palácio Monroe. E o auditório do Velho Senado – a sala das sessões – passou a servir também ao Instituto. Durante todo esse tempo, o atuante secretário era o Cel Art J. V. Portela F.

Alves, Febiano e escritor que se recorda de muitas coisas havidas. Em face da previsão de derrubada do Monroe, o EMFA teve de reaver as dependências e o Instituto retornou à sede anterior, no PDC. IV – No PDC, da ala dos fundos mudou-se para a frente (anos 1980), onde ocupou salas em diferentes andares como no 18º. O problema de auditório era contornado com o apoio sempre conseguido, de organizações militares do PDC; bem como do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, presidido por Pedro Calmon (nosso sócio); (placas de agradecimento do IGHMB externam, ali, a gratidão ao IHGB).

V – A sede no 12º andar, na frente (com vistas para a Praça da República), era satisfatória e tinha um bom auditório. Nela estivemos muito bem, desde o começo dos anos 1980 até meados dos anos 1990 (1996?).

VI – Finalmente, a sede atual, antiga aspiração nossa: a Casa Histórica de Deodoro, onde estamos. Ela passou por umas quantas obras, para ficar ocupável, sem riscos. Porém, não nos pertence. Foi parte do sistema controlado pelo DECEX / DPHCEX, através do MHEx/FC, tendo o Instituto o total direito de

uso da parte superior do prédio. O acerto é bastante satisfatório e esperamos que assim permaneça, para benefício das Forças Armadas, em particular do Exército.

## DESENVOLVIMENTO

O Instituto cumpre seu papel cultural especializado por meio da realização de atividades típicas, destacando-se:

- palestras e conferências;
- comunicações;
- cooperações externas;
- simpósios e seminários;
- representações em eventos no exterior;
- publicações da Revista.

Não está no plano desta comunicação, por sua natureza, tratarmos de cada uma dessas atividades e darmos notícias de como e quantos ocorreram, ano após ano. Faremos apenas ligeiros comentários, sobre o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Militar (NEPHIM).

É assunto sobre o qual quero me dever um instante o chamado NEPHIM.

Foi criado na minha 1ª presidência, em 18 de junho de 1991. Seguindo o exemplo exitoso de seu êmulo, a CEPHAS do IHGB, visava mais – e visa – à organização das sessões do Instituto, incentivando os sócios, e outros estudio-

sos, a apresentarem comunicações sobre estudos realizados, ou pesquisas prontas ou em andamento, mas fazendo-o em tempo limitado (15 a 30 minutos), para que seja maior o número de comunicadores, por sessão e para que se generalize o hábito lucrativo de debate.

É recompensador, sempre, utilizar-se o debate. Lembro-me da sugestão insistente do saudoso confrade, grande historiador, Cel F. Ruas Santos, para que a maioria (ou todas?) as nossas palavras se desenvolvessem assim: divulgação prévia do assunto – se possível, de sinopse preparada pelo autor – exposição curta (ordem de 20 minutos) – seguida de debates, para as quais os participantes teriam se preparado, com base na sinopse, senão no assunto em geral. A ideia não vingou. Quem sabe, valeria a pena textualizarmos algo com esse formato, mudando para vivificar?

Os trabalhos elaborados pelos novos sócios, bem como por convidados, são esperados e bem-vindos. Eles são apresentados em sessões e, na medida do possível, levados a publicação. O instrumento melhor para isso é a nossa Revista. No entanto, sentimos dizer que a Revista teve de parar diversas vezes, às vezes durante anos (por exemplo, do 2º semestre de 1984 ao 2º semestre de 1991). A falta de recursos, quando se torna crítica, obriga ao jejum editorial, contingência comum a quase todas as



instituições culturais, que lutam heroicamente para fazer o dever e sobreviver.

Em que a gama de carências, a Revista do IGHMB, com diferentes periodicidades, tem podido servir de veículo dos nossos produtos e das nossas notícias, cumprindo uma das finalidades primárias: fixar a memória do Instituto.

Por outro lado, são de praxe, e bem recebidas de parte a parte, as ligações colaborativas com entidades de fins similares, como sejam: a Biblioteca, desde quando ainda era Biblioteca Militar; o Clube Militar, pelo seu Departamento Cultural; a Revista *A Defesa Nacional*, desde quando era o ícone da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Profissional (hoje finada); e, naturalmente, as Forças Armadas, por seus setores mais específicos, entre os quais focalizamos: a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (englobando o antigo e pungente Serviço Documentação Geral da Marinha); a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (onde se destacam o Arquivo Histórico do Exército e o Museu Histórico do Exército / Forte de Copacabana) e o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. Ao relacionarmos essas entidades, visualizamos também, como expressões delas, suas publicações representativas: *Revista Marítima Brasileira*, *Revista Navigator*, *Revista*

*do Exército Brasileiro*, a *Verde-Oliva*, *Revista do Clube Militar*, os livros da BIBLIEx e sua excelente linha editorial, etc.

Essa referência não é aleatória. Através de muitos anos, ainda antes de ser criado o IGHMB, aqueles historiadores escritores, que viriam a ser sócios dele, e depois, quando já eram sócios, estavam entre os mais assíduos autores de livros e artigos, prefácios e apresentações, predominantemente relativos a temas históricos, nas editoras militares; e também mas do meio civil, aí aparecendo mais o Rio de Janeiro, São Paulo e o Rio Grande do Sul.

E só nos debruçamos sobre as obras dos nossos sócios – e eles somam notável acervo bibliográfico – para constatar quanto ele é rico em ensinamentos; todavia, infelizmente, é quase desconhecido ou, de propósito, e pouco referido.

Ainda assim, no nosso âmbito militar, e em certa área arejada civil, tais obras e seus autores têm sido apontados, aplaudidos, reeditados. Eis de passagem e como tributo a consócios que já se foram, algumas citações deles. O Instituto, como fruto de persistente divulgação (maior em tempos idos, quando o revanchismo não se instalara na imprensa) obteve os reconhecimentos do Governo Federal, em 28 Nov 1949, (Decreto do Presidente Eurico Dutra), “como órgão consultivo oficial”, e do Governo Esta-

dual da Guanabara, em 28 Nov 1973, “considerado de utilidade pública”. (Lei Estadual do Governador Chagas Freitas). Verdade é que tais afagos pouco ou nada nos têm rendido, em termos práticos; mas valem pela premiação.

Além dos antes citados, temos mantido intercâmbios: com o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), numa ligação constante, ótima e fértil, que ambos valorizamos;

## EVOLUÇÃO

Nestes cerca de 70 anos, nosso Instituto não parou de produzir, que essa é a tarefa de nosso quadro social. Houve ocasiões mais vibrantes, antes menos, mas nunca houve uma estagnação.

Justo é dizer que, acompanhando certa pujança cultural brasileira – e global – nos últimos 30 anos, sensivelmente nos campos da História e correlatos, o Instituto também amadureceu, revitalizou-se. Foram produções ótimas, comprováveis em livros e folders e em publicações especializadas – nossa Revista e outras.

Sucederam-se os simpósios, congressos e similares, a pretexto do transcurso de comemorações marcantes, como as datas mais expressivas da Guerra da Tríplice Aliança, da 2ª Guerra Mundial e, nesta a atuação da FEB; e também de

fatos essenciais para o País (como nosso finca-pé na Antártica, em cujos estudos deslocaram-se os consócios, Prof Aristides Pinto Coelho e o Cel Elber de Melo Henriques).

Abrimos nossas áreas normais de estudos, pesquisas e debates, ao colocar a Estratégia e a Geopolítica nas prioridades explícitas do Instituto.

Dilatamos nossos intercâmbios culturais especializados com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras – dentre estas, a “Comissão Internacional de História Militar” (CIHM), uma entidade com sedes na Bélgica (Diretoria), Holanda (Secretaria) e Suíça (Tesouraria), componente da “Comissão Internacional das Ciências de Geografia e História Militar”, ligada à UNESCO. Nosso Instituto paga uma quantia anual (em francos suíços) – já faz alguns anos – para ser associado da CIHM, e poder participar das reuniões periódicas, sediadas alternadamente. Alguns sócios têm se mostrado interessados em comparecer pessoalmente, levando seus trabalhos sobre temas propostos ou escolhidos por eles, para apresentá-los em plenários. Tudo por conta própria, apesar do serviço que, assim, oferecem às Forças Armadas e, pois, ao País. (Como notícia, em primeira mão, neste ano poderemos ter um estudante de História, credenciado por nós, representando o Brasil)



São muitas as nações cujas Forças Armadas estão incluídas na CIHM, o que amplia os relacionamentos bilaterais; por exemplo, com Portugal, vimos tendo lucrativas trocas de informações.

Da América do Sul, somente a Argentina é parceira lá.

Outra abertura promissora prende-se ao “Curso de Especialização em História Militar Brasileira”. Trata-se da realização de velho sonho de confrades nossos, no sentido de nos aproximarmos do meio universitário, com uma proposta cheia de criatividade.

Vai para vários anos, com a vontade do Cel Macedo Carvalho e apoio fundamental do Prof Arno Welling (Presidente do IHGB e nosso consócio) e de sua esposa Profª Maria José, criou-se esse curso na UNIRIO, por convênio UNIRIO – Exército (DEP, hoje DECEX).

Cada turma se constitui por meio de seleção de candidatos, tendo o EB prioridade em metade das vagas. E o EB participa da docência, fornecendo até 2/3 dos mestres necessários (12 em 21). Uma turma tem 24 cursantes, os quais, ao término dos 18 meses com aproveitamento, recebem o Certificado de “Especialista em HMB (tudo segundo os critérios legais vigentes).

É um trabalho gratificante, também, pela capacidade de propaga-

ção da atraente novidade. Tanto que, pelo País, setores universitários têm-se mostrado interessados em criar cursos desta natureza, começando por instalar “núcleos de estudos” da matéria; o que já é uma prova de convencimento da sua atualidade e importância. Entretanto, nós, do Instituto – pelo qual o Cel Carneiro é o coordenador dos cursos, enumerando-se nisto – acompanhamos atentamente o sucesso da iniciativa, relevando-se o tratamento científico da História, de modo a torná-la mais precisa e confiável e, sobretudo, a livrá-la de explorações subalternas, de cunho político e ideológico.

Outra abertura importante e de sensibilidade foi a que possibilitou o ingresso de mulheres no nosso Instituto. Por enquanto, somente os militares.

A primeira foi nossa querida confrreira, a Major Elza Cansanção Medeiros. Ela é Febiana orgulhosa, multipremiada e condecorada. Escritora louvada, pesquisadora, historiadora, conferencista, polemista. Por isso mesmo, frequentemente solicitada a levar sua palavra ao Brasil todo e ao exterior.

Entusiasmada e vibrátil, até “inventou” um fardão “a la ABL” para usar nas sessões mais nobres.

Atualmente, temos mais duas senhoras sócias titulares, as CMG Mônica Hartz Moitrel e Edina Laura Nogueira da Gama, ambas servindo na DPHDM.

Enfim, servimo-nos, no possível, dos meios, já corriqueiros, da computação, dos seus intermináveis e insubstituíveis recursos, tanto administrativos quanto de apoio às lides acadêmicas (sessões e outras).

## COMO CONCLUSÃO

Fiz um giro pela existência funcional do IGHMB.

Não poderia deixar de haver, falando quem vos fala, sintomas de muito afeto, de algumas saudades. Mas, como disse Raul Pompéia (em *O Ateneu*), “saudades verdadeiramente? Puras recordações, saudades talvez, se ponderarmos que o tempo é a ocasião passageira dos fatos, mas, sobretudo, a funeral para sempre das horas...”

Procurei pintar um quadro claro, colorido no possível, do nosso Instituto. Se não tiver conseguido, creiam-se ser deficiência do orador, não do Instituto, que é uma casa do mais alto nível mental, pelo somatório vibrante dos seus sócios e colaboradores. Portanto, pelas fortes e úteis contribuições que têm dado ao País, no campo quase inesgotável de sua especialidade: a Geografia e a História, nos seus enfoques militares.

O compromisso é empolgante.

Aqui, procuramos ter permanentemente em vista, para nossa certeza e motivação, que – como disse o

Cel Souza Docca – “a História Militar do Brasil é uma lição edificante de civismo, de defesa constante da liberdade, de anos inextinguível pela Pátria, de desprendimento no mais alto grau de lealdade a toda prova, de manutenção da integridade nacional sem esmorecimentos, de respeito pela ordem civil, de garantia da ordem social; e, porque assim é feita, ela é o mais forte, o mais sugestivo e o mais lindo de nossos brevíssimos cívicos”.

Pois bem, para cuidar dela com elevado zelo e responsabilidade, enxergar ele, também, que “o IGHMB é uma ideia em marcha e tem, a impulsioná-la, nosso idealismo, nossa fé, nossa esperança, nosso amor ao Brasil”.

Há mais de sete décadas, estava traçada a trilha programática do Instituto. Temos nos mantido nela, cuidando, com entusiasmo e competência, com dedicação e consciência, da bonita tarefa que hoje está nas nossas decisões e nos nossos procedimentos.

Aprendemos com o passado e trabalhamos nesta atualidade, para continuarmos nos desincumbindo diretamente dos exigentes encargos que recebemos.

Cada um de nós, a seu tempo e à sua maneira, fizemos por cumprir a honrosa missão. É como nos sentimos hoje, nesta sessão prestigiada por tão distintas presenças, que assinalamos agradecidos. ●